

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Corumbá - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Posição financeira e patrimonial

No período de findo de 31 de dezembro de 2016, a Entidade incorreu em déficit contábil de R\$ 22.527 (conforme DRE – página 7) e déficit financeiro operacional de R\$ 176.110 (conforme fluxo de caixa – página 9). As reservas financeiras (aplicações financeiras) são compostas pelas seguintes reservas: Operacional, Projetos, Custeio e Sustentabilidade, sendo que no período de 2016, essas reservas sofreram redução de R\$ 304.128.

Destacamos a importância e necessidade da administração, estabelecer ações estratégicas que possam melhorar os resultados e viabilizar a sustentabilidade e perenidade da instituição.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de abril de 2017.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5



Silvio de Jesus
CRC 1 SP 141/676/O-7

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balancos patrimoniais levantados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais R\$

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		49	4.359
Bancos – sem restrição		53	57
Bancos – com restrição		1.303	-
Reserva operacional – sem restrição	4	6.498	4.220
Reserva de projetos – com restrição	5	534	26.408
Fundo de custeio – sem restrição	6	48	113.658
Fundo de sustentabilidade – com restrição	7	234.371	401.293
Créditos a receber	8	13.663	12.651
Total do circulante		256.519	562.646
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	474.763	197.805
Intangível	10	42.113	50.633
Total do não circulante		516.876	248.438
TOTAL DO ATIVO		773.395	811.084

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balanços patrimoniais levantados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais R\$

<u>PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			
Fornecedores de bens e serviços		13.466	36.339
Obrigações com empregados	11	12.303	19.618
Folha de pagamentos autônomos		-	270
Encargos sociais	12	8.311	5.521
Obrigações tributárias	13	1.300	1.058
Outras obrigações	14	28.438	16.444
Total do passivo circulante		63.818	79.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		709.577	731.834
Total do patrimônio líquido		709.577	731.834
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		773.395	811.084

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais R\$

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS			
Com restrição			
Patrocínio não governamental	18	-	-
Convênios não governamentais	18	-	-
Patrocínio governamental	18	-	-
Convênios Governamentais	18	-	146.386
Receitas financeiras		-	8.474
		-	154.860
Sem restrição			
Patrocínio não governamental		60.000	-
Serviços prestados		158.281	6.000
Termo de parceria – Instituto Acaia	18	220.850	152.885
Doações de pessoas jurídicas		169.636	196.075
Doações de pessoas físicas		246.963	1.090.998
Receitas financeiras		53.887	21.780
Outras receitas		30.679	9.053
Trabalho voluntário	17	31.235	24.500
		971.531	1.501.291
Outras receitas operacionais – sem restrição			
Doações de imobilizado		183.252	-
Outras receitas		715	11.100
		183.967	11.100
Total de receitas		1.155.498	1.667.251
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com programas de meio ambiente			
Custos e despesas operacionais		(910.528)	(1.006.049)
Trabalho voluntário	17	(31.235)	(24.500)
		(941.763)	(1.030.549)
Resultado bruto		213.735	636.702
Despesas Operacionais e administrativas		(236.262)	(249.310)
Superávit (déficit) do período		(22.527)	387.392
Ajustes patrimoniais		-	(225)
Resultado abrangente		(22.527)	387.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais R\$

	Patrimônio Social	Outras reservas	Superávit (déficit)	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	344.667	-	-	344.667
Superávit do período			387.392	387.392
Ajustes patrimoniais			(225)	(225)
Transferência do superávit	387.167		(387.167)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	731.834	-	-	731.834
Déficit do período			(22.527)	(22.527)
Ajustes patrimoniais			270	270
Transferência do superávit	(22.257)		22.257	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	709.577	-	-	709.577

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais – R\$

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(22.527)	387.392
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	45.843	23.752
Doações de investimento – ativo imobilizado	(183.252)	
Ajustes patrimoniais	270	(225)
Redução (aumento) do ativo		
Créditos a receber	(1.012)	(7.308)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores de bens e serviços	(22.873)	8.344
Obrigações com empregados	(7.315)	(19.936)
Folha de pagamentos autônomos	(270)	(661)
Encargos sociais	2.790	(6.210)
Obrigações tributárias	242	(1.407)
Outras obrigações	11.994	16.093
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	<u>(176.110)</u>	<u>399.834</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado e intangível	(131.029)	(122.054)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>(131.029)</u>	<u>(122.054)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>(307.139)</u>	<u>277.780</u>
Caixa e equivalentes no início do período	549.995	272.215
Caixa e equivalentes no fim do período	242.856	549.995
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>(307.139)</u>	<u>277.780</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Homem Pantaneiro é uma entidade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na cidade de Corumbá / MS, tem prazo de duração indeterminado e abrangência nacional.

O Instituto tem por finalidade:

- a) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionadas com educação, monitoramento, controle, pesquisa, preservação e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da qualidade segurança ambiental;
- b) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionados com a educação, pesquisa, formação, treinamento e capacitação e recursos humanos na área ambiental;
- c) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver e executar estudos, consultoria ambiental, avaliação, relatórios e impacto ambiental;
- d) Prestar serviços e consultorias a instituições governamentais e não governamentais empresas públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de educação, formação, treinamento capacitação, qualificação profissional, planejamento, execução de todas as atividades, organização e operacionalização de eventos relacionados com o meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002, aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. RESERVA OPERACIONAL – Sem Restrição

	2016	2015
Fundos de aplicações financeiras	6.498	4.220
Total	6.498	4.220

5. RESERVA DE PROJETOS – Com Restrição

	2016	2015
Fundos de aplicações financeiras	534	26.408
Total	534	26.408

6. FUNDO DE CUSTEIO – Sem Restrição

	2016	2015
Fundos de aplicações financeiras	48	113.658
Total	48	113.658

7. FUNDO DE SUSTENTABILIDADE – Com Restrição

	2016	2015
Fundos de aplicações financeiras	234.371	401.293
Total	<u>234.371</u>	<u>401.293</u>

8. CRÉDITOS A RECEBER

	2016	2015
Adiantamentos de honorários	2.140	3.030
Adiantamentos a fornecedores	11.331	3.189
Créditos e receber	11.186	11.182
Provisão de perdas sobre créditos	(10.994)	(4.750)
Total	<u>13.663</u>	<u>12.651</u>

9. IMOBILIZADO

		2016		2015	
	Taxa anual Depr.	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Sem restrição					
Móveis e utensílios	10%	17.230	(4.679)	12.551	14.274
Terminais telefônicos	20%	385	(218)	167	243
Máquinas e equipamentos	10%	78.824	(8.427)	70.397	18.328
Equipamentos de informática	20%	6.445	(4.080)	2.365	3.026
Terrenos		15.000	-	15.000	15.000
Embarcações	10%	200.989	(11.724)	189.265	-
Imóveis	4%	183.252	(4.276)	178.976	-
		502.125	(33.404)	468.721	50.871
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	10%	4.973	(1.278)	3.695	4.193
Equipamentos de informática	20%	6.091	(3.744)	2.347	3.869
Construções em andamento		-	-	-	138.872
		11.064	(5.022)	6.042	146.934
Total		<u>513.189</u>	<u>(38.426)</u>	<u>474.763</u>	<u>197.805</u>

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual amort.	2015		2014
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Software Geo monitoramento	20%	94.000	(52.029)	41.971
Software - computadores	20%	267	(125)	142
Total		94.267	(52.154)	42.113
				50.633

11. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2016	2015
Salários a pagar	7.025	5.983
Provisão para férias	5.278	13.635
Total	12.303	19.618

12. ENCARGOS SOCIAIS

	2016	2015
INSS a recolher	5.438	4.468
FGTS a recolher	869	815
PIS sobre folha de pagamento	136	133
Contribuição Sindical	153	105
Provisão para encargos sociais sobre férias	1.715	-
Total	8.311	5.521

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
IRRF a recolher – PF	-	13
IRRF a recolher – PJ	228	513
ISS a recolher	118	472
Outras obrigações	954	60
Total	1.300	1.058

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016	2015
Cheques a compensar	-	10.500
Despesas a ressarcir	-	3.477
Ajuda de custo a pagar	-	1.688
Luz a pagar	805	741
Água a pagar	41	38
Adiantamentos de clientes	27.592	-
Total	28.438	16.444

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas.

Há três tipos principais de estimativas:

- (a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Entidade não possui processos trabalhistas, Cíveis e Tributários envolvendo riscos de eventuais perdas. Portanto, não foi necessário constituir provisão para contingências.

16. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

17. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade - item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado final de superávit e ou déficit.

Portanto, não houve pagamentos aos voluntários, pois são serviços não remunerados conforme Lei do Serviço Voluntário.

18. PATROCÍNIOS E CONVÊNIOS - Receitas

Patrocínio governamental – Recursos de aplicações restritas

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2016 R\$	2015 R\$
Convênio: Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação SECTEI / Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul- FUNDTUR	“Pantanal ARWC 2.015”-Adventure Race World Championship”	-Executar o Plano de Trabalho; -Aplicar o recurso recebido para execução do projeto; -Arcar com as despesas excedentes; -Manter a escrituração Contábil atualizada; -Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas; -Observar as disposições na lei nº8. 666/93 -Possibilitar a fiscalização e supervisão pela Concedente; -Devolver os saldos remanescentes; -Prestar Contas no final do Convênio.	-	146.386
Total			-	146.386

Termo de Parceria – Instituto Acaia

Entidade	Projeto / objeto da parceria	2016 R\$	2015 R\$
Instituto Acaia	Termo de parceria para pagamento da manutenção do sistema de comunicação nas áreas abrangidas pela RPCSA	20.850	25.585
Instituto Acaia	Termo de parceria para ações de fiscalização e monitoramento nas áreas abrangidas pela RPCSA	200.000	127.300
Total		220.850	152.885

Patrocínio não governamental

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2016 R\$	2015 R\$
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	13º Curso Estratégia de Conservação e Proteção da Natureza	Curso de Extensão a oficiais das Polícias Militares Ambientais do Brasil. Estratégias de Conservação e Proteção da Natureza 2016 se desenvolvido em duas etapas: 1- Não presencial- EaD- Serão cindo Módulos com carga horária de 20h cada no ambiente virtual de ensino (Moodle) e, etapa - 2 presencial realizada na Serra do Amolar no Pantanal/MS.	60.000,00	
Total			60.000,00	

19. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2016	2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	96.848
Contribuição Social sobre Lucros	-	34.865
ISS	7.914	300
PIS sobre receitas	7.308	10.387
COFINS sobre receitas	33.728	50.017
Total	<u>48.950</u>	<u>192.417</u>

20. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade não possui seguro predial, uma vez que a edificação que se encontra a sede administrativa da Instituição, é tombado pelo Patrimônio Histórico e as corretoras de seguros não realizam seguros em prédio com essa característica.

21. DIREITOS AQUISITIVOS DE PROPRIEDADES

Os imóveis rurais denominados Fazenda Morrinhos e Fazenda Novos Dourados, localizados no município de Corumbá – MS, onde existe a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Elieser Batista, foram adquiridos pelo Instituto Homem Pantaneiro - IHP, da empresa MMX Corumbá Mineração S.A., por meio do Instrumento de Promessa de Compra e Venda, datado de 11.08.2014, aditado em 16.04.2015 (Fazenda Novos Dourados) e do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos, datado de 11.08.2014 (Fazenda Morrinhos), pelos valores de R\$ 2.089.418,90 e 310.581,11, que ainda não foram pagos pelo vendedor ao adquirente, em razão da existência de condições estabelecidas nos instrumentos, que ainda não foram superadas.

As partes firmaram também um Contrato de Arrendamento, datado de 11.08.2014. O preço acordado pelo arrendamento, R\$ 600.000,00, foi pago por meio de compensação de créditos em aberto a favor do Instituto, originários do Termo de Parceria e Gestão, Manutenção e Execução de Programas de Conservação, celebrado em 01.01.2010 e aditado em 02.02.2011.

O Instituto Homem Pantaneiro cedeu 95% dos direitos que detinha sobre os imóveis acima mencionados, para um grupo de pessoas físicas, o que foi feito por meio do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Aquisitivos, datado de 10.12.2012, pelo preço de R\$ 368.815,07 (Faz. Morrinhos) e R\$ 2.481.184,93 (Faz. Novos Dourados), com o intuito de conciliar esforços para continuidade das atividades de preservação ambiental, projetos científicos e de educação ambiental desenvolvidos nos imóveis.

Não havendo mais interesse na parceria estabelecida entre o Instituto e o grupo de pessoas físicas, e no intuito de contribuir para a causa da preservação da Serra do Amolar, o pagamento de R\$ 350.000,00, recebido inicialmente pelo Instituto a título de sinal, pela celebração do instrumento de cessão acima mencionado, não foi devolvido. Referido valor foi recebido pelo Instituto em caráter de doação.